**JOGOS OLÍMPICOS 2016 E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: percepções de um grupo de professores de Educação Física**

*Nathalia Sara Patreze[[1]](#footnote-1)*

*Cinthia Lopes da Silva[[2]](#footnote-2)*

Trabalho financiado por CAPES

 **EIXO TEMÁTICO:** Políticas públicas para as crianças e com elas.

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo identificar a compreensão de um grupo de professores de Educação Física sobre as políticas públicas de esporte e lazer no contexto dos Jogos Olímpicos 2016. Este recorte faz parte de uma pesquisa maior que está em andamento, na qual realizamos pesquisa bibliográfica e de campo. Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. Entrevistamos oito professores. Os achados indicam as dificuldades e a falta de políticas públicas de esporte e lazer. Evidenciamos a necessidade de estudos e estratégias para modificar o quadro atual.

**Palavras-Chave**: Jogos Olímpicos 2016, Políticas Públicas, Esporte e Lazer.

**INTRODUÇÃO**

 O Brasil sediou o maior evento esportivo do planeta: os Jogos Olímpicos (JO) 2016. Algumas principais características dos megaeventos esportivos (ME) na contemporaneidade são: a grande quantidade de pessoas envolvidas, a demanda por investimentos, e as transformações pelas quais as cidades passam para recepcioná-los. Assim, os recursos financeiros e as modificações estruturais podem significar melhorias nas condições de vida das pessoas, desde que sejam orientados para isto, ou seja, que as ações sejam direcionadas para as necessidades da cidade, inclusive da população mais pobre e vulnerável socialmente como em regiões carentes de recursos.

 Isso tem se desdobrado de forma divergente pelo fato de que algumas cidades conseguem obter maior êxito, pois constroem projetos mais adequados e incorporados às necessidades da cidade e de seus residentes, possibilitando melhorias de infraestrutura como também a ocupação e o uso após o evento, enquanto outras cidades têm priorizado construções somente em função do evento com equipamentos restritos e temporários (RUBIO, 2007).

 A literatura indica que os impactos e os legados sociais de ME podem ser tanto positivos como negativos, sendo que isso pode se modificar com o tempo (PREUSS, 2007), portanto é imprescindível pensar como os investimentos serão utilizados e distribuídos, e como as reestruturações urbanas podem impactar nas desigualdades sociais (MELO e GAFFNEY, 2010).

 Os JO podem significar maior número de investimentos, mas também podem representar oportunidades de democratização e conquista dos direitos sociais por parte da população, e o aprimoramento de políticas públicas de esporte e lazer visando à educação para e pelo lazer (MARCELLINO, 2013). Nesse sentido, reconhecemos a importância das políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população anfitriã de ME e das crianças. Em vista disto, este trabalho pretende apresentar dados sobre as políticas públicas de esporte e lazer no contexto dos JO 2016 na visão de um grupo de professores de Educação Física (EF) na tentativa de identificar se as políticas públicas referentes ao evento trouxeram benefícios para as crianças do Rio de Janeiro.

**OBJETIVO**

 Identificar e analisar a compreensão de um grupo de professores de EF sobre as políticas públicas de esporte e lazer no contexto dos JO 2016.

**MÉTODO**

Trata-se de um estudo qualitativo (MINAYO, 1994). Este recorte faz parte de uma pesquisa maior que está em andamento, na qual realizamos pesquisa bibliográfica e de campo. Para a composição deste trabalho que será apresentado no V Seminário Luso-Brasileiro de Educação Infantil focamos em uma das questões abordadas na pesquisa de campo, que foi realizada por meio da técnica de entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987). Entrevistamos oito professores de EF que atuam em universidades da cidade do Rio de Janeiro. Apresentaremos os dados da seguinte pergunta: o que você acha das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016? Para este evento enfatizamos as respostas que tratam sobre as propostas de políticas públicas para as crianças em função dos JO 2016 e se elas alcançaram os objetivos propostos pelos governos. As análises foram feitas com base na pesquisa bibliográfica sobre os JO 2016.

 Para a seleção dos sujeitos o primeiro passo foi o de selecionar as instituições de ensino existentes na cidade, para isso usamos o portal do Ministério da Educação (disponível em: < http://emec.mec.gov.br/>). Após a identificação das instituições entramos no site das mesmas para encontrar o corpo decente, e como último passo da identificação foi utilizada a plataforma lattes para o acesso aos sujeitos e a leitura de seus currículos, para a verificação dos possíveis participantes da pesquisa. Selecionamos os professores que adotam correntes teóricas socioculturais, ou seja, que possuem experiência profissional e/ou acadêmica relacionada à cultura corporal de movimento, ao esporte, lazer, políticas públicas e/ou gestão esportiva. O contato inicial com os professores selecionados foi realizado por e-mail por meio da mesma plataforma. Utilizamos letras do alfabeto para nos referirmos aos professores entrevistados.

 Para a sistematização da pesquisa foi utilizado o laboratório de Corporeidade e lazer/REDE CEDES, locado na UNIMEP. A realização da pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMEP mediante o parecer de número: 2.921.205.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

**Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos Jogos Olímpicos 2016: visão dos professores**

 Entrevistamos oito professores de cursos de Graduação em Educação Física que atuam em instituições localizadas no município do Rio de Janeiro. Seguem abaixo algumas de suas declarações durante a pergunta: o que você acha das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016? Enfatizamos as respostas que apresentam dados que se relacionam com o eixo temático do evento que se refere as políticas públicas para as crianças e com elas.

 Para o professor A houve um alto investimento relacionado aos JO 2016, mas que ainda não é possível ver resultados, e que alguns espaços não estão sendo utilizados, poucos projetos estão sendo desenvolvidos. O professor A enfatiza as más condições em que se encontram as políticas sociais, as dificuldades enfrentadas pela prefeitura, que não conseguiu manter alguns projetos e a falta de uma política pública nacional, pois no momento em que se troca de gestão, muitas políticas também são trocadas.

 No dizer do professor B a falta de um planejamento nacional para o esporte é o principal problema, sendo que as escolas também não são bem utilizadas como deveriam ser para a promoção de esporte, lazer e atividade física, e seria necessário um incentivo maior aos locais e aos professores.

 Segundo o professor C os JO 2016 não tiveram legados de políticas públicas de esporte e lazer, e alguns programas e projetos deixaram de ser financiados. O professor C evidencia que houve avanços na área de políticas públicas de esporte e lazer, mas que o momento atual é de desmonte. A falta de políticas públicas, a falta de utilização do centro da cidade e de outros espaços e equipamentos também são mencionados como problemas.

 De acordo com o professor D, o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil é muito baixo, e que em momentos em que houve crescimento, foi atrelado ao esporte de alto rendimento. Além disso, o entrevistado comenta que é uma batalha incessante para que o esporte e lazer conquistem legitimidade e importância, visto que uma série de programas estão praticamente extintos.

 Na opinião da entrevistada E a realização dos JO proporcionou avanço na área do esporte de alto rendimento. Um dos problemas mencionados pela entrevistada E é a falta de políticas públicas, para ela ainda não foi possível ver o resultado social, de utilização de espaços e equipamentos pela população.

 O entrevistado F afirma que as políticas de esporte e lazer são feitas de forma equivocada e que faltam investimentos para que os equipamentos públicos de esporte e lazer possam ser utilizados para iniciação esportiva e de lazer, ainda mais no Rio de Janeiro, em que alguns locais não possuem estrutura. Para o professor F, a falta de uma política nacional de esporte e lazer efetiva é um problema, pois as ações não conseguem ser mantidas nas trocas de gestão.

 O professor G afirma que no momento anterior aos JO 2016 alguns projetos estavam sendo desenvolvidos, mas que isso não tem ocorrido após sua realização, ele reconhece que não houve um projeto efetivo de políticas públicas. Outro fator problemático indicado pelo professor se refere a melhoria de infraestrutura em áreas militares, e que continuam sobre a tutela dos mesmos.

 O entrevistado H acha positivo a questão das políticas de esporte e lazer, mas ao contrário dessa perspectiva ele menciona que estamos passando por um período de desmonte do governo federal, não há recursos no governo estadual e o município está sobre intervenção fiscal, portanto, trata-se de um momento de grandes mudanças.

 Algumas das compreensões dos professores à respeito das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e o contexto dos JO 2016 se aproximam. Para os entrevistados A, B, C e G os espaços, inclusive os que foram construídos em função dos JO 2016, não estão sendo utilizados como poderiam, assim como os espaços esportivos, o *Boulevard* Olímpico e até mesmo as escolas. Os entrevistados A e D mencionam que o legado enquanto política pública não aconteceu como esperado, e que em nenhuma edição dos JO aconteceu a apropriação dos equipamentos pela população após sua realização.

 O site oficial Rede Nacional do Esporte apresenta o Plano de Políticas Públicas - Legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no qual há menção dos governos municipal, estadual e federal, a Autoridade Pública Olímpica (APO) e o Comitê Rio 2016. Este plano contempla 27 projetos de políticas públicas. O governo municipal do Rio de Janeiro descreve como uma das promessas de legado na área de “desenvolvimento social”, a montagem de quatro escolas da Arena do Futuro, com a previsão de conclusão no 3º trimestre de 2017. De acordo com o site “após os Jogos, a Arena do Futuro será desmontada e transformada em quatro escolas municipais, cada uma com capacidade para 500 alunos. Três ficarão na região da Barra e Jacarepaguá e uma, em São Cristóvão” (BRASIL, 2014).

 No entanto, a promessa de legado relacionado ao uso dos espaços e equipamentos pelo público, como a transformação de arenas em escolas e espaços de prática esportiva e de lazer não aconteceu (LEAL, 2019). Com relação ao esporte escolar, Graeff, Bretherton e Piggin (2016) e Almeida (2016) mencionam um estudo feito com professores desses setores que demonstrou desconhecimento por parte dos entrevistados sobre o Dossiê de Candidatura, o planejamento e os legados para estimular o esporte. Graeff, Bretherton e Piggin (2016) ainda mencionam que os professores disseram que nunca houve tentativa de aproveitamento dos Jogos Olímpicos para estimular o esporte escolar.

 Além disso, os entrevistados A e E apontam que o Parque Olímpico é distante das comunidades e não há ações para que se tenha acesso a ele. Para o entrevistado G, não houve um plano efetivo de políticas públicas que garantisse o acesso aos espaços e equipamentos. Almeida (2016, p. 71) menciona que se os governos compreendem que os JO tem o potencial de impulsionar o esporte, lazer e a atividade física “[...] ele precisa investir em estratégias paralelas mais próximas a comunidades locais e oferecer meios e oportunidades de engajamento direto para as pessoas”.

 É consenso entre os professores A, B e F a necessidade de uma política nacional de esporte e lazer, não uma política de governo, partidária, pois troca-se de gestão e muitas ações não conseguem se manter, acabam ou sobrevivem em más condições, portanto é imprescindível que haja um “continuum” das intervenções. O entrevistado D menciona que há uma luta constante para que o esporte e lazer tenham legitimidade.

 O entrevistado F ressalta a importância da diferenciação dos termos atividade e exercício físico, lazer e esporte e suas manifestações na construção e execução de políticas que sejam direcionadas de acordo com as especificidades de cada temática envolvida. Almeida (2016) argumenta que há certa confusão dos conceitos de esporte, atividade física, exercício físico, como se fossem a mesma coisa. Graeff, Bretherton e Piggin (2016), e Mascarenhas (2018) corroboram com tal afirmação.

 De acordo com os professores A, B, D, F e G a falta de recursos e o baixo investimento são problemas presentes no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer. O entrevistado A menciona que as entidades esportivas, como o COB por exemplo, investe pouco no esporte. O entrevistado B menciona que se investe pouco nas instituições de ensino, que é o principal local para a educação esportiva e de lazer. O entrevistado D indica que há diversos estudos que comprovam que o orçamento destinado ao esporte e lazer é muito baixo, insignificante. Para o entrevistado F e G as políticas estão atreladas à órgãos militares, e se investe pouco em outras possibilidades.

 Para os professores A, B e E o certo seria o fortalecimento das instituições de ensino, que são mal utilizadas, pois se houvesse a possibilidade das escolas e das universidades receberem incentivo financeiro para fomentar o esporte por meio de parcerias com outras organizações haveria a possibilidade de modificar a situação atual.

 Segundo os professores C e D houve avanços e crescimento nas políticas públicas de esporte e lazer na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como uma consolidação do próprio debate sobre as políticas de esporte e lazer, pois na visão do entrevistado C, antes não havia um debate acumulado sobre a temática das políticas públicas de esporte e lazer, e que o conhecimento a respeito do assunto trouxe profundidade ao tema.

**CONSIDERAÇÕES**

 As políticas públicas são fundamentais para se obter legados sociais positivos na realização de ME. Segundo Marcellino (2013) as políticas públicas de esporte e lazer devem reconhecer as necessidades e possibilidades de intervenção para melhoria de vida das pessoas, democratizar as questões referentes aos direitos sociais da população, assim como o esporte e lazer, minimizar as barreiras socioeconômicas e culturais, inter e intraclasses sociais, garantir maior acesso aos espaços de lazer, realizar a gestão e manutenção dos equipamentos e formar profissionais para atender o público.

 De acordo com as falas dos professores o caso dos JO 2016 é emblemático no que se refere às políticas públicas de esporte e lazer. Os dados apontam que as intervenções estão aquém do esperado em relação ao investimento que foi feito, ou até mesmo inexistentes. Além disso, o país vivenciou, e ainda vivencia, momentos de crises, como problemas políticos e financeiros, o que pode ter impactado as políticas relacionadas ao uso dos espaços e equipamentos, e o desenvolvimento de projetos que garantam o lazer como direito social. Os professores consideram a escola e outras instituições de ensino como locais possibilitadores da prática esportiva e de lazer, e indicam a necessidade de maiores e melhores investimentos.

 Evidenciamos a necessidade de estudos e estratégias para modificar o quadro atual, especialmente para as políticas públicas direcionadas às crianças. É necessário que os governos busquem alternativas para reverter a situação da falta de legado e de políticas públicas de esporte e lazer, dado a importância do tema para a transformação social.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, B. S. de. Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Rev. Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 25, n. 2, p. 68-80. 2016.

BRASIL. Ministério do Esporte. Rede Nacional do Esporte. **Plano de Políticas Públicas.** Disponível em: <http://www.rededoesporte.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>. Acesso em: 08 nov. 2019.

GRAEFF, B; BRETHERTON, P; PIGGIN, J. Atividade Física e Jogos Olímpicos: reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016. **Rev. Ciência e Cultura**, v. 68 n. 2, p. 37-43. 2016.

LEAL, A. **Arenas do Parque Olímpico que seriam transformadas em escolas e equipamentos esportivos estão abandonadas**. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/arenas-do-parque-olimpico-que-seriam-transformadas-em-escolas-equipamentos-esportivos-estao-abandonadas-1-24085959. Acesso em: 18 nov. 2019.

MARCELLINO, N. C. (org.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Papirus: Campinas, SP, p. 69-82, 2013.

MASCARENHAS, G. Justiça ambiental e produção do espaço nos Jogos Rio 2016: o paradoxo do Golfe Olímpico**. Rev. Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, e32541. 2018.

MELO, E. O. S. de; GAFFNEY, C. **Mega-eventos esportivos no Brasil**: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. 2010. Disponível em:< https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Artigo-Megaeventos.doc>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MINAYO, M.C.S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29, 1994.

PREUSS, H. **Aspectos sociais dos Megaeventos Esportivos.** In: RUBIO, K. (org.). Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social. Casa do Psicólogo: São Paulo, p. 13-35. 2007.

RUBIO, K. (org). **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa qualitativa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

1. Bacharel em Educação Física. Mestranda em Ciências do Movimento Humano (UNIMEP). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC) / CNPq. E-mail: nathaliapatreze@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Educação Física (UNICAMP). Professora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC) / CNPq. [↑](#footnote-ref-2)